



PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DE ÁREAS VERDES INTEGRADO NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR.

Nestor Alexandre Perehouskei¹, Bruno Luiz Domingos De Angelis², Rafaela De Angelis Barros³, Larissa De Angelis Guizelini⁴

RESUMO: O presente trabalho representa uma alternativa de planejamento de áreas verdes urbanas, numa perspectiva de integração. Isto é, normalmente, as estratégias de intervenção resumem-se a estudos compartimentados, sem qualquer associação ou articulação entre diversos aspectos que são necessários para a elaboração de futuras propostas, que possam trazer resultados consideráveis, como, por exemplo, considerar os meios de vida das comunidades envolvidas, identificar problemas ambientais da área e possíveis intervenções, identificar endemias e epidemias, bem como suas estratégias de prevenção, compreender a importância da criação e manutenção das áreas verdes urbanas neste contexto e levantar os projetos/propostas que possam ser utilizados como referenciais. A partir de um passeio ambiental no município de Mandaguari, escolhido como universo deste trabalho, com o objetivo de destacar pesquisas realizadas em pequenas cidades, foi possível identificar alguns dos principais problemas ambientais existentes e com o apoio de revisão de literatura sobre os referidos temas afins, articular as diversas vertentes para um eficaz planejamento de áreas verdes urbanas, bem como fundamentar sua importância para a qualidade ambiental e conseqüentemente da qualidade de vida de suas comunidades. Paralelo a esta proposta, foi fundamental considerar os paradigmas de sustentabilidade e endogenização, sendo o primeiro compreendido sob várias dimensões: a partir da manutenção dos ecossistemas, socialmente, culturalmente, com o apoio científico-tecnológico, economicamente e também politicamente. E o segundo, a endogenização, que ressoa na importância de participação das comunidades locais na concepção, fiscalização e execução de projetos a serem desenvolvidos em benefício da coletividade.

PALAVRAS-CHAVE: Mandaguari/PR, planejamento de áreas verdes, proposta, integração.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade as discussões sobre os problemas ambientais é temática obrigatória nos meios acadêmicos, de forma multidisciplinar, e mesmo no dia-a-dia das cidades que trazem em seu bojo diversos elementos, funções e sistemas articulados, sendo as áreas verdes símbolos de defesa do meio, e ao mesmo tempo muito restritas nos espaços urbanos. (LOBODA; DE ANGELIS, 2007; LLARDENT, 1982).

¹ Doutorando em Geografia Ambiental e Regional, Universidade Estadual de Maringá/Paraná, bolsista da CAPES, e-mail: nestorap@pop.com.br

² Docente do Departamento de Agronomia da UEM e Docente e Orientador dos Programas de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia e Mestrado em Engenharia Urbana da UEM; brucagen@uol.com.br.

³ Doutoranda em Geografia Ambiental e Regional pela Universidade Estadual de Maringá/Paraná, e-mail: rafaangelis@hotmail.com.

⁴ Mestranda em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá/Paraná, bolsista da CAPES, e-mail: lariquizelini@hotmail.com.

Os espaços humanizados estão articulados em diversas lógicas: são ao mesmo tempo funcionais e simbólicos. Esses espaços urbanos são marcados pela cultura, que os modela com novas tecnologias para trabalhar a terra, construir equipamentos e moradias; preferências e valores que capacitam as sociedades a se estruturarem socialmente a sua organização, a natureza de seus atores e os direitos que dispõem. Por outro lado, nem todos os atores têm a mesma capacidade em deixar sua marca no espaço, pois não possuem o domínio das mesmas tecnologias de inovação, recursos e os mesmos direitos, e por isso, poucos contribuem da mesma forma para a formação e transformação das paisagens humanizadas.

Qual possibilidade de modelar o espaço é oferecida ao cidadão que não é proprietário de sua moradia? A realidade em que vive é pensada por outros uma vez que não tem sequer o direito de fazer alguma modificação na própria casa onde reside. A maioria dos cidadãos integra-se às estruturas espaciais construídas, porém, não as determinam. Essa é, por exemplo, a realidade dos espaços públicos reservados à circulação.

O poder público atua sobre seus domínios: vias, locais de encontro, estruturas administrativas e outros, e ainda atua indiretamente, com intensa vigilância ou controle, que assume como direito à propriedade privada: “urbanizar não é impor uma hierarquização das decisões com o objetivo de assegurar uma organização mais eficaz, mais justa e mais harmoniosa dos espaços humanizados?” (CLAVAL, 2001, p. 299).

Os grupos humanos transformam os meios naturais: as florestas e planícies dão lugar aos campos, as casas agrupadas em vilas, as construções urbanas espalham-se projetando o seu entorno; os caminhos, vias férreas e redes elétricas formam uma malha de comunicação determinando a vida social. Um estudo superficial de paisagens humanizadas não identifica as visões e valores do grupo: os projetos, interesses, motivações, enfim, os sentimentos daqueles que decidem, dividem o espaço, cultivam, constroem, habitam e transformam, determinam um objeto complexo que só poderá ser compreendido com um estudo metuculoso.

A vida social pode ser determinada, por exemplo, pela organização de vias de circulação e dos espaços públicos, permitindo aos cidadãos, a partir da sociabilidade, a realizarem as suas ocupações; também quando mobiliza estádios para a prática de esportes, igrejas ou templos para a reunião de comunidades, teatros, cinemas, cafés e restaurantes, edifícios administrativos ou políticos e outros. Além disso, articula instâncias relativamente hierarquizadas: estruturas privadas, o indivíduo ou a família, grupos de base e outros. Nesse sentido Claval (1981) afirma que:

Os ritmos e as necessidades da vida social completam os da produção para dar aos espaços humanizados os traços essenciais de sua estrutura funcional: eles determinam a disposição das casas, a forma das vilas e das cidades e a localização e o agenciamento dos espaços de lazer (...). (CLAVAL, 1981, p. 293).

Diante da necessidade de disponibilizar espaços urbanos que proporcionem lazer e socialização aos usuários, a presente pesquisa tem como objetivo principal propor um planejamento de áreas verdes urbanas integrado, para o município de Mandaguari, Paraná, escolhido como universo desta pesquisa, buscando ampliar os estudos desenvolvidos em pequenas cidades que vem se destacando no âmbito da Ciência Geográfica. O planejamento proposto considera os meios de vida da população, identifica os problemas ambientais e os principais problemas de saúde e estratégias de prevenção. Além disso, ressalta a importância da criação e manutenção dos espaços verdes urbanos, baseados nos paradigmas de sustentabilidade e endogenização.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente foi realizado um passeio ambiental no município de Mandaguari, Paraná, buscando identificar alguns exemplos de impactos ambientais, bem como possíveis alternativas de intervenção. Em seguida foram analisados materiais bibliográficos referentes aos modos de vida, problemas de saúde e ambientais e ainda estudos desenvolvidos no município. Posteriormente, foram elaboradas discussões acerca dos resultados e proposto um planejamento de áreas verdes urbanas para o Município de Mandaguari/PR.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A paisagem encontra-se, algumas vezes, valorizada por si mesma: deixa de ser somente uma expressão da vida social, toma uma dimensão estética ou funda a identidade do grupo. Serve para exprimir os sonhos. Daí advém a fascinação que exerce o estudo de parques e jardins onde estas aspirações são expressas livremente. (DEBIÉ, 1992; FORÉT, 1993). Os geógrafos não se limitam em suas pesquisas apenas com a análise da superfície abstrata do mapa, mas também com os meios de vida com os quais os homens determinam as suas relações. A beleza e generosidade da natureza e seu potencial surpreendem as populações e inspiram seus sonhos. (CLAVAL, 2001).

Considerando o município de Mandaguari que representa nosso universo de pesquisa, com os processos de desenvolvimento e expansão da cidade e alterações no zoneamento e nas leis de uso e ocupação do solo, ocorreram muitas alterações em sua paisagem original, como por exemplo: “a descontinuidade e desarticulação no espaço físico, presença de vazios urbanos, barreiras físicas constituídas no tempo, áreas verdes e de interesse ecológico degradadas”. (REGO et al., 2009). Com este cenário principalmente as áreas de periferia passam a ser reduto de endemias e epidemias, como a dengue, além da ocorrência de outras moléstias, e demonstram as péssimas condições ambientais existentes nestas áreas.

Na ótica de benefícios oferecidos pela presença de áreas verdes, Fischer (1989) considera que os ambientes saudáveis contribuem para amenizar a carga do estresse mental e auxiliam na concentração. O papel da vegetação é fundamental na manutenção da saúde do nosso planeta, do meio ambiente onde se vive. “De forma racional, planejada, e até intuitiva, pode-se conviver em ambientes com áreas verdes, ainda que recriadas pelo próprio homem, que conservem as características do meio ambiente natural, para (...) colher os frutos desta relação, em benefício da (...) saúde, conforto e bem-estar”. (PILOTTO, 1997, p. 7). As áreas verdes, além do caráter biofísico que apresentam, ou seja, um sistema de sustentação da vida, a partir de um dimensionamento físico que proporcione a interação do meio urbano com o meio natural, contribui para a melhoria da qualidade ambiental e conseqüentemente da qualidade de vida. (SOARES, 1996).

A construção de novas áreas verdes, ou mesmo, a conservação da vegetação já existente, deve ser encarada pelos gestores, como benefício futuro a todos os seres vivos. A importância destas áreas já deve ser considerada no momento em que se planeja a cidade, de forma a tirar proveito de todas as possibilidades ecológicas e ambientais com o uso da vegetação.

Os projetos devem obedecer aos paradigmas de sustentabilidade e endogenização: a sustentabilidade tem no mínimo seis dimensões: a físico-natural, que representa a manutenção dos ecossistemas; também a social, que representa a melhoria de qualidade de vida de toda a população, respeitando os limites dos ecossistemas; ainda a cultural, que significa o respeito aos aspectos da diversidade, às diferenças étnicas e culturais, objetivando uma convivência pacífica; a científico-tecnológica, que busca introduzir conhecimentos e técnicas que considerem um ambiente finito, para a produção

de bens e serviços em prol às necessidades do homem e que não objetive somente o capital; também a econômica, que preconiza a não utilizar recursos naturais, a um ritmo acelerado, a ponto de o meio não ter condições de se regenerar; e por último, a sustentabilidade política, que preconiza a busca da cidadania e recusa a qualquer forma de exclusão.

A expressão endogenização pretende qualificar um processo de desenvolvimento germinado no interior da região, que contemple as necessidades e aspirações da coletividade regional e resulte de uma sólida e ativa consciência de territorialidade, o que exige a participação consciente e ativa dos atores sociais locais, na construção de um projeto sócio-econômico-político e cultural próprio. (DALLABRIDA, 1999).

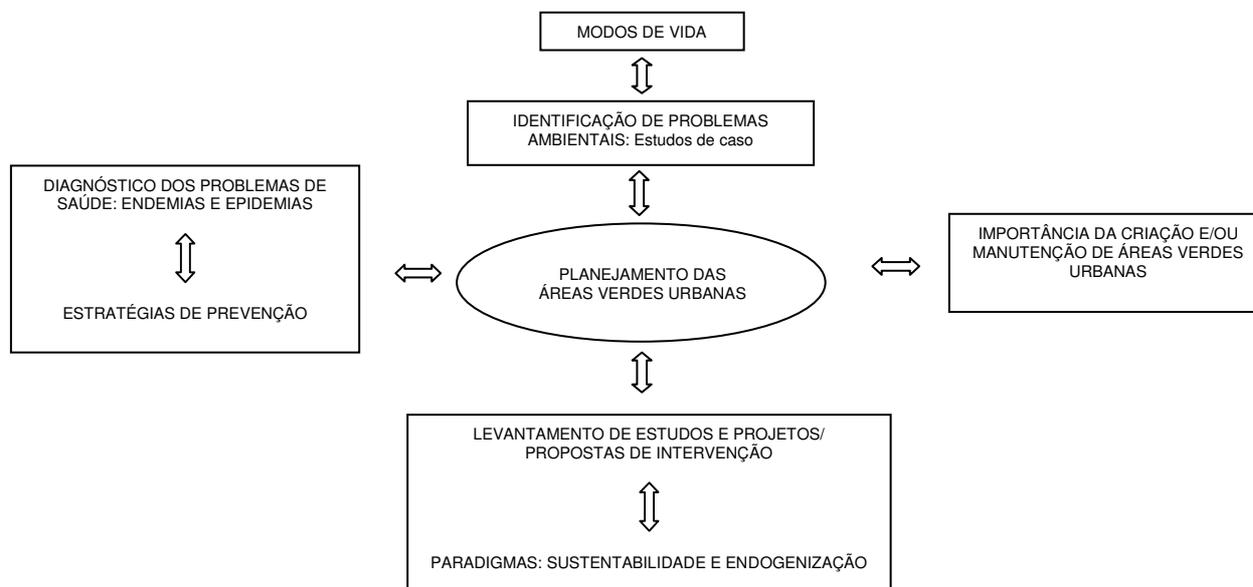


Figura 1. Proposta de planejamento integrado para as áreas verdes urbanas Org.: PEREHOUSKEI, N. A. (2011).

4 CONCLUSÃO

Considerando os elementos relacionados às áreas verdes, o planejamento estará sendo direcionado a estudos integrados, que farão grande diferença na eficácia de projetos a serem desenvolvidos. Nesta ótica é importante também citar o trabalho de Rego et al. (2009) que propõem um projeto de reestruturação da paisagem de Mandaguari em três instâncias, quais sejam: “a viária (por meio de reconexões, ligações, eixos, articulações e ciclovias); a espacial (a partir da criação de espaços livres, verdes e públicos); e a estético-paisagística (por meio do cuidado com os vales e bosques, que instituem a ligação do conjunto urbano-rural)”.

A proposta deste projeto prevê correta elaboração de Lei de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, considerando a capacidade dos ecossistemas envolvidos na urbes a partir de alguns critérios, quais sejam: delimitação das áreas urbanas e rurais a partir da definição do perímetro urbano que possivelmente apresenta uma expansão desenfreada; a partir do novo perímetro urbano definido, pretende-se implantar uma zona de transição urbano-rural, articulando parques florestados e uso do solo, impedindo o avanço da cidade sobre o campo; criação de um anel viário entre a zona rural e a zona de transição; adoção de política de uso progressivo do solo a partir da identificação dos vazios urbanos e de ocupações para melhor aproveitamento da infra-estrutura urbana.

Encerrada esta primeira etapa de zoneamento, pretende-se desenvolver o processo de reconstrução da paisagem, reorganizando elementos principais da morfologia urbana, resgatando a unidade formal, organizacional e funcional de

Mandaguari, facilitando os fluxos e a qualidade espacial-ambiental urbana. A organização viária implica a criação de vias lindeiras e que atravessam os fundos de vale, com a introdução de rótulas que facilitarão a travessia e religação de vias principais que inter cruzam os vales, além de, com o objetivo de minimizar os processos de erosão pluvial, funcionar como equipamentos de drenagem com qualidade estética – praças-dissipadores – que integrarão a paisagem do entorno. O desenvolvimento deste projeto servirá como mola propulsora de um projeto de preservação e recuperação de sistemas naturais e humanos, transformando a cidade do ponto de vista urbano-regional, direcionando-a para ambientes ecologicamente corretos e atrativos.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.

DALLABRIDA, V. R. *Novos paradigmas para o desenvolvimento regional*. 1999. Disponível em: <<http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-1/dala.html>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

DEBIÉ, F. *Jardins de capitales. Une géographie dès parcs et jardins publics de Paris, Londres, Vienne et Berlin*, Paris, CNRS, 1992.

FISCHER, G. N. *Psychologie dès espaces de travail*. Paris: Armand Colin, 1989.

FORÊT, P. Les deux perceptions du paysage culturel de Hong Kong, *Géographie et cultures*, vol. 3, n. 11, p. 3-22.

LLARDENT, L. R. A. *Zonas verdes y espaços livres en la ciudad*. Madri: Closas Orcoyen, 1982.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos usos e funções, *Ambiência*, v. 1, n. 1, p. 125-139, JAN./JUN., 2005.

PILOTTO, J. *Áreas verdes para a qualidade do ambiente de trabalho: uma questão eco-ergonômica*. 1997. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Engenharia de produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

REGO, R. L.; VASCONCELOS, G. B.; YONEGURA, R. K. Mandaguari e o desenho ambiental. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA CESUMAR, 5., 2009, Maringá. *Anais do Encontro Internacional de Produção Científica CESUMAR*. Maringá: CESUMAR, 2009.

SOARES, M. M. *Um enfoque sobre áreas verdes no meio urbano para as próximas décadas*. Florianópolis: Artigo da cadeira de Gestão Ambiental da UFSC, 1996.